



CÂMARA MUNICIPAL  
DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

Parecer n.º 0100/25/PGC/CM

**PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 017/2025.** PODER LEGISLATIVO. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DESCONTO E ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU AOS DOADORES REGULARES DE SANGUE E DE MEDULA ÓSSEA NO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PARECER FAVORÁVEL.**

De Itaitinga/CE, 22 de julho de 2025.

**Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ**

Vereador Antônio Mauro de Freitas Guimarães

A Procuradoria-Geral da Câmara Municipal de Itaitinga, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e conforme disposições do art. 213, § 3º e § 4º, e em estrito cumprimento de seu dever legal, apresenta suas cordiais saudações e, por meio do presente expediente, manifesta-se acerca do **PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 017/2025**, de iniciativa do **PODER LEGISLATIVO**.

O presente parecer tem por finalidade fornecer subsídios técnicos à Comissão de Constituição e Justiça – CCJ da Câmara Municipal, orientando a análise da matéria no que tange à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, como preceitua o art. 162 e ss do Regimento Interno desta augusta Casa.

**É o Relatório.**

### **1. Do Relatório**

Trata-se do Projeto de Indicação nº 017/2025, de iniciativa do Vereador Francisco Demétrius de Sousa e Sá, em trâmite nesta Casa Legislativa. A proposição sugere ao





## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

Chefe do Poder Executivo a elaboração de um projeto de lei que institua um programa de incentivo à doação de sangue e de medula óssea, por meio da concessão de benefícios fiscais no IPTU. O projeto detalha os critérios para a obtenção de desconto de até 30% para doadores regulares de sangue e de isenção total para doadores de medula óssea. A justificativa da proposta fundamenta-se na necessidade de fortalecer as políticas de saúde pública, aumentar os estoques dos hemocentros e promover a solidariedade e a cidadania no município.

### 2. Da Análise Jurídica

A proposição em análise, apresentada como Projeto de Indicação, é o instrumento parlamentar adequado para a matéria. A concessão de isenção ou desconto em tributos municipais, por se tratar de matéria tributária, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o art. 48, § 1º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Itaitinga. Ao utilizar a via da Indicação, o proponente respeita a separação dos poderes, pois não cria a renúncia de receita, mas recomenda a medida ao Prefeito, evitando, assim, o vício de iniciativa.

Do ponto de vista formal, a iniciativa é legítima e está em conformidade com o art. 178 do Regimento Interno desta Câmara, que prevê a Indicação como meio para sugerir ao Executivo a adoção de medidas de sua competência. A proposta não gera despesa ou renúncia de receita de forma direta, uma vez que apenas sugere a ação. Caso o Executivo acolha a recomendação, caberá a ele elaborar o projeto de lei correspondente, acompanhado da devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No mérito, a instituição de um programa de incentivo fiscal para doadores de sangue e medula óssea é materialmente constitucional e legal. A medida atende ao princípio do interesse público e da razoabilidade, ao utilizar a política tributária como instrumento para fomentar uma ação de grande relevância social e de saúde pública. A proposta não apresenta ilegalidades e está em consonância com o princípio da moralidade administrativa, ao promover a cidadania e a solidariedade. A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que o Poder Legislativo pode, por meio de indicações, sugerir matérias de competência do Executivo, por se tratar de um mecanismo de colaboração entre os poderes, sem caráter impositivo.

### 3. Da Conclusão







CÂMARA MUNICIPAL  
DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

Diante do exposto, a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, utilizando o instrumento legislativo apropriado para a matéria e estando em consonância com os princípios e normas que regem a administração pública.

Esta Procuradoria-Geral **MANIFESTA PARECER FAVORÁVEL** à **TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 017/2025**, por estar em conformidade com a Constituição Federal, com a legislação infraconstitucional e com a jurisprudência.

**É o parecer, SMJ.**

Atenciosamente,

**RENATO LOPES NOVAIS**

Procurador-geral | OAB/CE n.º 53.647

CÂMARA MUNICIPAL  
DE ITAITINGA - CE  
LEGISLANDO COM O POVO

